

EDUARDO JOSÉ DREZZA

Inclusão no Ensino Superior: relato de experiência sobre uma política  
de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, sob orientação da Profa. Dra. Edileine Vieira Machado.

Universidade Cidade de São Paulo

São Paulo

2007

---

---

---

COMISSÃO JULGADORA

## Sumário

Introdução.....	07
Justificativa da escolha do tema.....	07
Objetivo.....	11
Objeto de estudo.....	11
Procedimentos metodológicos.....	11
Capítulo 1- Revisão bibliográfica.....	14
1.1 Inclusão.....	14
1.2 Os módulos de organização e gestão na perspectiva da inclusão.....	26
Capítulo 2 – Inclusão na Universidade Cidade de São Paulo.....	32
2.1 Relato de experiência de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo.....	32
2.2 Caracterização do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes- CAAD.....	34
2.2.1 Proposta do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes- CAAD.....	38
2.2.2 Formas de Atendimento do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes- CAAD.....	39
Capítulo 3 – Programas e serviços do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD, na perspectiva das Políticas Públicas de Inclusão no ensino superior .....	43
3.1 Estudo sobre a proposta do CAAD e a política de gestão da Universidade Cidade de São Paulo.....	43

3.1.2 Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD entre 2004-2006.....	50
3.1.3 Análise de serviços oferecidos e programas desenvolvidos pelo Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD.....	55
3.1.4 Análise das propostas iniciais do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD.....	57
3.1.5 Os alunos falam sobre o Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD.....	61
Considerações finais.....	64
Referências .....	66
Anexo 1.....	70

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo descrever e estudar a inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior a partir da análise das políticas internas e do trabalho do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes da Universidade Cidade de São Paulo. Como procedimentos metodológicos foram adotados pesquisa documental, bibliográfica e relato de experiência sobre inclusão de alunos com deficiência na Universidade Cidade de São Paulo. Objeto de estudo: experiência de inclusão de alunos com deficiência na Universidade Cidade de São Paulo, entre 2004 e 2006. O interesse pelo tema inclusão no ensino superior, nasce de experiência vivida enquanto especialista em Orientação e Mobilidade do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes da Universidade Cidade de São Paulo e, mais tarde, coordenador desse Centro, pode constatar o quanto são importantes e necessários os serviços de apoio para a efetivação de políticas públicas de inclusão. Sendo a Educação um processo contínuo, faz-se necessária a elaboração de políticas institucionais nas universidades que contemplem as pessoas com deficiência e também profissionais de educação e funcionários que compõem esse ambiente.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação; inclusão no ensino superior; serviços de apoio

## **ABSTRACT**

This study has a meaning to describe and understand the including of physical handicap students in college, analysing internal politics and with support from the Academic Center at Universidade Cidade de São Paulo.

As a procedure adopted to the methodological documentary research, bibliographic and describing experiences about including handicapped students at the Universidade Cidade de São Paulo, between 2004 and 2006.

The interesting for this theme (handicapped student including college), born in the living experience as a specialist in Orientation and Mobility in the Academic Center for Handicapped Students and, after that, coordinating this Center, when I could see how needed and important are the services provide to support effective politics of public including.

Being the education a never-ending process, it is necessary to elaborate political institutions in our universities, that will make the students life easier, and training teachers and employees to serve them well in this environment.

Keywords: Politics for Public Education; Including the Handicapped Students in the College; Helping Services.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora e orientadora, Professora Doutora Edileine Vieira Machado, pela paciência com a qual me ensinou, orientou e incentivou para a conclusão deste trabalho.

À minha família, minha mãe Marlene e minha esposa Erika, pela compreensão e carinho apesar de minha ausência neste período.

Ao grande amigo e respeitado oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Major PM Valter Gomes Mota, “responsável” pela minha especialização, início de tudo.

Aos meus queridos alunos que trouxeram inspiração e me ensinaram a acreditar em suas competências, que vão muito além de suas limitações.

Agradeço enfim, a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram neste trabalho.

Muito obrigado!

## Introdução

### Justificativa da escolha do tema

Quando decidi pela graduação em Educação Física, minha vida começou a tomar rumos que até então não cabiam em meus pensamentos. Num primeiro momento, optei pelo trabalho com recreação para grupos diversos, terceira idade, crianças e adolescentes.

Na época, em um acampamento de férias em Jundiaí, recebi uma criança com deficiência visual, experiência que foi muito marcante e dolorosa para mim. Além de estar em início de carreira como educador e jamais ter tido contato com esse tipo de deficiência, a minha falta de prática fez com que aquela criança fosse deixada de lado e aproveitasse muito pouco as atividades oferecidas.

Para todas as atividades, desde as mais simples, a criança necessitava de ajuda dos monitores ou dos colegas. Para se deslocar pelo acampamento, pegar seu alimento, tomar banho, vestir-se, amarrar os sapatos, dependia dos outros.

Na maioria das vezes, ela ficava só. As outras crianças não se importavam com a situação e fugiam do contato com ela, deixando-a isolada de todo o grupo.

Algum tempo depois, já na Estação Especial da Lapa, entidade do Governo do Estado de São Paulo ligada ao Fundo Social, que oferece à população com deficiência, gratuitamente, cursos em diferentes áreas, visando a seu

desenvolvimento e colocação profissional, consegui um estágio e passei a trabalhar com atletismo para pessoas com deficiência.

Consegui, assim, formar uma equipe de competição: 4 alunos com deficiência mental, 2 com paralisia cerebral, 3 com deficiência auditiva e 2 com deficiência visual.

O grupo era muito heterogêneo: tipo físico, temperamento, classe social e, principalmente, deficiências específicas, porém, os alunos que mais exigiam de mim eram os com deficiência visual.

Nessa fase, sentia dificuldades em trabalhar com os dois alunos com deficiência visual, o que me causou várias noites de insônia e me levou à Fundação Dorina Nowill, instituição que desenvolve programas de educação, reabilitação e colocação profissional com pessoas com deficiência visual, há mais de 50 anos, em São Paulo. Lá aprendi muito, principalmente, a respeitar os próprios limites para respeitar os limites dos outros.

Aprendi como dirigir-me a eles, guiá-los, tratá-los, respeitando suas características específicas, o que me abriu um novo horizonte.

Em 1999, na Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), fiz especialização em Orientação e Mobilidade para atuar com deficientes visuais e estágio no Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADEVI), onde passei a conviver quase que diariamente com essa população.

O CADEVI, oferecia várias modalidades de esportes, como “fut-sal”, “goal ball”, atletismo, natação, além de programas de reabilitação, com uma equipe multidisciplinar formada por fisioterapeuta, psicóloga, terapeuta ocupacional e professores de orientação e mobilidade, Braille, Inglês, Espanhol, Teatro, Expressão Corporal e Dança de Salão.

Ali, pude observar e praticar o “como” fazer a orientação e mobilidade e após o término do estágio fui convidado a trabalhar nessa instituição, onde atuei durante quatro anos.

Em 2003, comecei a trabalhar no Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes (CAAD), na UNICID, minha primeira experiência de trabalho com deficiente visual num ambiente universitário, como especialista de Orientação e Mobilidade.

Nesse espaço pude constatar o quanto era importante a Orientação e Mobilidade (OM) no processo de inclusão na universidade.

Os prontuários mostram que muitos não tiveram acesso a um programa de OM e, por isso, precisam de um guia vidente para deslocar-se e mesmo os que já passaram por este tipo de programa, precisam também de acompanhamento de especialistas do CAAD para fazer a exploração do ambiente interno do campus (técnica do rastreamento) para adquirir mais independência na locomoção.

Em 2004, ingressei no Programa de Mestrado em Educação e assumi a coordenação do CAAD que estende seus serviços e programas à comunidade, possibilitando o contato com alunos de outras escolas e universidades.

A partir desse momento comecei a interessar-me pelo tema *inclusão de alunos com deficiência visual no ensino superior*. Os relatos dos alunos que freqüentam o CAAD chamaram muito minha atenção, já que, até então, não tinham recebido em outras instituições a atenção que a Universidade Cidade de São Paulo, por meio do CAAD, buscava (e busca) dar a eles.

No Programa de Mestrado, tive a oportunidade de compreender as políticas públicas como respostas que o governo dá às demandas sociais e observar que, no dia-a-dia, há um equívoco quanto ao que seja “incluir”.

Inclusão, do verbo incluir, do latim *includere*, significa conter em, compreender, fazer parte de ou participar de (Holanda, 1986).

Assim, de nada adianta todo um aparato tecnológico e arquitetônico para a recepção do aluno com deficiência visual, como elevadores com sintetizador de voz, cardápios em Braille na lanchonete, etc., se em sala de aula ele não recebe o apoio necessário para o seu desenvolvimento acadêmico.

O aluno tem que sentir-se parte do processo, ser acolhido de forma que não se perceba sua presença em sala de aula, tratado como os alunos com necessidades outras e não como um alienígena educacional.

Pesquisas mostram que cerca de 16,5 milhões de brasileiros (quase 10% da população) possuem algum tipo de deficiência visual<sup>1</sup>, a Universidade, deve se preocupar e preparar-se para receber este público de forma realmente inclusiva.

### **Objetivo**

Considerando o cenário apresentado, esta dissertação tem como objetivo descrever e estudar a inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior a partir da análise das políticas internas e do trabalho do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes da Universidade Cidade de São Paulo.

### **Objeto de estudo**

Experiência de inclusão de alunos com deficiência na Universidade Cidade de São Paulo, entre 2004 e 2006.

### **Procedimentos metodológicos**

Como procedimentos metodológicos adotamos: pesquisa documental, bibliográfica e relato de experiência sobre inclusão de alunos com deficiência na Universidade Cidade de São Paulo.

Em julho de 2005, iniciei a pesquisa em bases de dados da Universidade Cidade de São Paulo, e bibliografia pertinente, referentes ao tema e à metodologia de pesquisa em Educação.

---

<sup>1</sup> Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2000.

Para CHIZZOTTI, (2005, p.109),

*o documento consiste em qualquer informação que assuma a forma de texto, imagens, sons, sinais e outras, contidos num suporte material (papel, madeira etc.).*

Segundo Ludke (2001), a análise documental pode ser uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, para complementação e desvelamento de dados novos.

Para os autores, os documentos podem ser consultados diversas vezes, o que dá mais estabilidade aos dados obtidos.

As informações colhidas nos documentos serão tratadas, a partir da análise de conteúdo, cujo objetivo *é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas* (CHIZZOTTI, 2005, p.98).

Quanto ao estudo de caso, segundo CHIZZOTTI (2006, p.136),

*visam explorar, um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico.*

Neste trabalho, o estudo de caso enfocará a experiência e prática de inclusão de acadêmicos vivenciada na Universidade Cidade de São Paulo, desde 2004, ano em que assumi a gestão do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes – CAAD.

Assim, este trabalho está estruturado em:

Capítulo 1- Revisão bibliográfica: Inclusão e módulos de organização e gestão de gestão na perspectiva da inclusão.

Capítulo 2 – Inclusão na Universidade Cidade de São Paulo, onde é apresentado relato de experiência de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo; a caracterização do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD; proposta do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD e suas formas de atendimento.

Capítulo 3 – Programas e serviços do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD, na perspectiva das Políticas Públicas de Inclusão no ensino superior, apresenta estudo sobre a proposta do CAAD e a política de gestão da Universidade Cidade de São Paulo entre 2004-2006; análise de serviços oferecidos e programas desenvolvidos pelo Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD e das suas propostas iniciais; os alunos falam sobre o Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD.

Considerações finais

Referências

Anexo

## Capítulo 1- Revisão bibliográfica

### 1.1 Inclusão

Afirma CARVALHO, (2005, p.64):

*A proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se, meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente”*

Quando falamos de educação inclusiva, não podemos esquecer as lutas travadas em favor da verdadeira inclusão. Antes de acolher um aluno diferente, é necessário cumprir as leis, convencendo as pessoas da importância dessa ação.

As conquistas dos direitos das pessoas com deficiência são bastante recentes, a partir do século XX e, por isso, as dificuldades para colocar em prática os direitos assegurados na legislação são imensas, pois implicam mudança de ordem mais cultural do que legislativa.

O direito à igualdade vem sendo apregoado há, pelo menos, três séculos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, já o

assegurava a todos, como direito natural e imprescritível, que deveria ser garantido pelo governo (Ferreira Filho, 1996, p. 22).

A Constituição Francesa de 1791 previa o dever da sociedade de propiciar a subsistência aos cidadãos impossibilitados para o trabalho (Assis & Pusoli, 1992, p. 62).

No Brasil, embora a Constituição de 1934 já garantisse os direitos à saúde, educação e trabalho, o reconhecimento constitucional dos direitos das pessoas com deficiência ocorreu somente com a Emenda Constitucional nº 12, de 1978.

A Constituição Federal de 1988 veio ao encontro dos anseios desta parcela da população, contemplando os direitos que devem ser conhecidos, respeitados e exercidos por todos, com deficiência ou não, mesmo porque a República tem,

- entre os seus fundamentos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III);
- como objetivos, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem comum sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, incisos I e IV); e, finalmente,
- como princípios, a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, inciso II).

Assim, segundo Queiroz Assis e Pussoli, *os direitos da pessoa humana pressupõem a cidadania, que é de ser tratado pelos outros como um semelhante* (1992, p.66).

Pode-se de um modo geral classificar as deficiências em: deficientes físicos, deficientes sensoriais e deficientes mentais ou, seguindo a orientação da Política Nacional de Educação Especial: deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental e deficiências múltiplas e as chamadas condutas típicas.

O capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN), de 1996, no Art. 5º, trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que visa incluí-la em todas as iniciativas governamentais ligadas à saúde, educação, trabalho, edificações públicas pela acessibilidade, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer, não tolhendo ou limitando suas necessidades, cuidando para que todos tenham as mesmas oportunidades.

Com base na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, determinou que a Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação especial, estabeleça os requisitos de acessibilidade, tomando por referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

Entre os requisitos de acessibilidade estão:

*I - com respeito a alunos portadores de deficiência física:*

*Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo, reserva de vagas em*

*estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço, construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas, adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros, instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.*

No entanto, muitos edifícios não oferecem acessibilidade total às suas dependências, constringendo e impedindo que o aluno circule livremente pela universidade, excluindo-o do restante do grupo.

II – No tocante a alunos com de deficiência visual, a instituição deve manter um compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada, até que ele conclua o curso, de manter ao menos uma sala de apoio equipada com máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador; de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras para uso didático.

III – É necessário o mesmo compromisso para com alunos portadores de deficiência auditiva, oferecendo, sempre que preciso, um intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito, ou quando este não tenha

expressado o real conhecimento do aluno, valorizar o conteúdo semântico na correção de provas; estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado; proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

*Atualmente, de acordo com as novas definições dentro do processo educacional, a educação especial faz parte integrante da educação geral, comum, e corresponde, em tese, a um caminho longitudinal que compreende sucessivas ações que têm início desde os programas de estimulação, chegando até a idade adulta nos programas de preparação para o trabalho, passando pelos programas pré-escolar e escolar, preferencialmente na rede regular de ensino. (LDBN)*

Na área da Educação, principalmente das pessoas com necessidades educacionais especiais, um grande avanço ocorreu, embora muito ainda tenha de ser feito para a efetividade prática desse conjunto de leis.

A mudança da ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão, que vem sendo abordada em vários países, inclusive no Brasil. A legislação brasileira posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais preferencialmente em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

Alguns pontos relevantes dos documentos que devem reger a prática de todo o país merecem destaque para compreensão dos pressupostos e da filosofia da Educação.

Assim, com base na Declaração de Salamanca afirma o compromisso de Educação para todos que tem como linha de ação sobre necessidades especiais o princípio fundamental:

*As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (..) O desafio que enfrentam as escolas integradoras é o de desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiências graves.*

*O mérito dessas escolas não está só na capacidade de dispensar educação de qualidade a todas as crianças; com sua criação dá-se um passo muito importante para tentar mudar atitudes de discriminação, criar comunidades que acolham a todos e sociedades integradoras. (p.6,7,8 ).*

A nova LDBN determina:

*Capítulo II - Da Educação Básica: Art. 22. A educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.*

*Capítulo V - Da Educação especial: Art 59. Assegura aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.*

O Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidou as normas de proteção e definiu explicitamente quem se enquadra em cada tipo de deficiência.

A Constituição de 1988 assegura às pessoas com deficiência a plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades. No mesmo ano, foi criada a CORDE (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e instituída *a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas.*

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica divulgou seu Parecer quanto às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, enfatizando a organização do sistema de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor.

Seus princípios fundamentais são *a conquista da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania.* Enfatizando a liberdade, na tolerância e na sabedoria de conviver com o diferente, com a diversidade.

SANTOS, (2002, p. 4) afirma:

*Temos de assegurar que, no processo de formação de recursos humanos, cujo principal veículo é a universidade, as questões relacionadas à deficiência e à inclusão social e educacional da pessoa com necessidades especiais sejam cada vez mais abordadas e aprimoradas no currículo.*

Torna-se, imprescindível o convívio com a diferença e os processos de ensino e de aprendizagem não podem ser pasteurizados e homogeneizados sob a ameaça de formação de identidades prejudicadas pela pobreza de estímulos e situações. Nesse sentido, todas as discriminações e tipologias que resultam em dualidade são nocivas para a construção da identidade de qualquer pessoa.

A igualdade de valor entre os homens se traduz no direito às igualdades desiguais (equidade). O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de condições diferenciadas para o processo educacional.

Todos os alunos que apresentam necessidades educativas especiais, precisam de diferentes estratégias pedagógicas e devem ter acesso a um currículo, distinguido pela singularidade, que lhes possibilite o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva, condições essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

Entretanto, devemos conceber essas estratégias não como medidas compensatórias e pontuais e sim como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global.

Na escola, a inclusão da pessoa com deficiência não significa mera transferência da sala de aula ou escola especial para a sala de aula regular, mas sim mudança paradigmática que resulte em mudanças nas políticas, programas e serviços de apoio, como proposto pela LDB e Plano Nacional de Educação.

A inclusão escolar de pessoas com deficiências deve ser consequência natural de todo um esforço de atualização e reestruturação das condições de ensino básico.

A inclusão não se faz pela força da lei, mas pelo preparo do sistema educacional e da sociedade, revendo preconceitos e criando novas práticas. A preparação dos professores, o planejamento e a implementação de novas ações podem ser instrumentos para a transformação da segregação em inclusão.

Afirma MAZZOTA, (2003, p. 200):

*A compreensão da educação especial e dos educandos “com necessidades especiais” refletida nas posições governamentais federais assenta-se, assim, em uma “visão” estática que dificulta, inclusive a percepção de necessidades “educacionais” especiais como sendo aquelas pelas quais a educação deve ser responsável.*

Para o autor, várias situações identificadas como de educação especial, nada têm de especial, ou seja, não se conhece, muitas vezes, o aluno e suas

especificidades e, não o conhecendo, como tratá-lo com equidade e incluí-lo de fato?

Nos Planos Nacionais de Educação mais recentes, está presente uma visão dinâmica da educação, porém, com relação à educação especial ainda se observa uma visão estática.

O que se espera é que a educação especial faça parte do contexto educacional e não como ramificação da educação, trazendo mais planos e propostas concretas para sua implementação.

*A formação de profissionais para trabalhar em educação especial vai objetivar competência tanto científica como pedagógica, pois vão ser exigidas capacidades para dar respostas a complexas necessidades, tais como diagnóstico, planejamento curricular, metodologia pedagógica, competência técnica na utilização de vários processos de informação, problemas educacionais, bem como envolvimento pessoal e tolerância para desenvolver um trabalho em grupo com autoridades, serviços de saúde e pais. (FONSECA, 1995, p.224).*

*A formação dos professores tem de ser alicerçada numa informação coerente, numa experiência prática e numa procura científica, rigorosa e metodologicamente dimensionada. Só dentro destas coordenadas pode nascer a compreensão das práticas educacionais e a superação dos tradicionais empirismos.*

*Esta tarefa, como é óbvio, supõe implicitamente um conhecimento sério das leis e dos princípios derivados de investigação. (FONSECA, 1995, p.224).*

Um dos objetivos do Plano Nacional de Educação é a melhoria da qualidade de ensino, e para que seja alcançado se faz necessária uma política global de magistério, o que implica tanto uma formação profissional inicial, quanto uma formação continuada, além de condições de trabalho, salário e carreira.

Pelo PNE, o professor deve ter, além de formação em determinado nível, qualificação para a especificidade de sua tarefa.

Ainda segundo o PNE, *assegurar a formação continuada dos profissionais da educação da rede pública é tarefa a ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação deverá incluir a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior.*

MAZZOTTA, (1993, p. 45) comenta:

*Dada a diversidade de situação dos alunos que, por razões de ordem física ou intelectual, apresentam necessidades educacionais especiais, alguns educadores recomendam que os profissionais especializados em educação especial para determinada área, possuam conhecimentos práticos sobre outras área.*

O autor ainda fala a respeito de adaptação de currículos e recursos materiais, mas sempre insistindo na qualificação profissional do professor, já que

não se fala em educação especial sem o conhecimento amplo do que realmente o aluno necessita para o aprendizado e real inclusão.

Na universidade, o professor, acostumado com os alunos “normais”, encontra dificuldades para oferecer ao aluno com deficiência oportunidades iguais de aprendizagem. Assim, de nada adiante o aparato tecnológico à disposição do aluno, se o professor não sabe como aproveitá-lo.

O aluno com necessidades especiais geralmente sabe do que precisa para acompanhar as aulas, mas, muitas vezes, o professor se sente constrangido em perguntar ao aluno como melhor fazer para ajudá-lo. Na UNICID, o aluno é orientado a falar diretamente com o professor sobre suas dificuldades e juntos, buscar a melhor solução para que os dois ganhem: o professor em saber como orientar melhor seu aluno diferente este podendo acompanhar as aulas de maneira proveitosa, porém fica claro que é o professor quem deve tomar a iniciativa de conhecer melhor seu aluno.

CARVALHO, (2005, p. 160) comenta:

*Desejo do professor e do aluno: aquele de contribuir decisivamente para a cidadania plena do aprendiz e este, de aprender impelindo-o a perguntar, a questionar, a relacionar-se com o objeto conhecimento, prazerosamente, desenvolvendo habilidades e competências. A escuta também é de ambos,*

*principalmente do professor, eu diria. Precisamos exercitar a escuta do que nos dizem nossos alunos, lembrando-nos que eles representam o melhor e o mais significativo recurso de que dispomos em sala de aula!*

*Geralmente exigimos silêncio para que eles ouçam as lições que, carinhosamente, preparamos. Mas, muitas vezes, eles querem e precisam falar... Silenciados, tornam-se agressivos e desmotivados e nós perdemos excelentes oportunidades de desenvolver o conteúdo curricular a partir dos interesses e necessidades que manifestam em suas falas. Quem trabalha numa visão transdisciplinar e/ou com temas transversais concordará comigo acerca da importância de escutar nossos alunos*

## **1.2 Os modelos de organização e gestão na perspectiva da inclusão**

Para a inclusão de pessoas com deficiência, é fundamental lembrar que a natureza de qualquer organização/instituição é produto da ação humana.

Segundo SILVA (2006, p. 122), o esquecimento da “humanidade” da escola e do sistema permite coisificá-los, o que leva aqueles que se decidem a compreendê-los a erros importantes (...).

É fundamental para o processo de gestão de uma Instituição de ensino superior enxergar os alunos como pessoas dotadas *da capacidade de entender a realidade, optar por uma determinada ação e responsabilizar-se por ela*, o que exige que os alunos se sintam pertencentes a um grupo onde possam crescer, desenvolver-se e humanizar-se. Para SILVA, entender que as pessoas dependem da convivência em grupo e necessitam umas das outras é ponto fundamental para pensar a inclusão e gestão das instituições.

*A observação de sujeitos coletivos demonstra haver neles o desejo de adequar o ambiente a suas necessidades e para isso criam obras de natureza diversa.*

*Pode-se afirmar que, existindo um sujeito coletivo em uma dada realidade, este produzirá obras adequadas aos seus interesses.* (SILVA, 2006, p. 123).

A partir desta visão, para chegar à inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência no ensino superior, é preciso uma organização, uma gestão que priorize a formação, a conscientização de sujeitos coletivos que trabalhem para atingir o mesmo objetivo.

O gestor necessita encontrar uma forma para ter seu grupo ao mesmo tempo submisso e satisfeito, e isso tem muito a ver com o individualismo de cada um.

Geralmente, os estudos da administração voltam sua atenção para a atuação do administrador, considerando-o responsável pelo êxito e fracasso das ações sob seu comando. Em certas formas de gestão a presença do administrador passa a ser meramente figurativa, participando com o grupo de todas as decisões.

A gestão é uma forma de administração, consistindo na condução da construção de um objetivo, subdividindo-se em três formas: a administração, a co-gestão e a auto-gestão.

A administração está ligada diretamente à busca da eficiência e resultados, gastando o mínimo de energia.

De nada adianta a otimização do trabalho, se este se transforma por si só, ou seja, a busca pela eficiência rápida pode ocasionar falhas no produto final.

Na co-gestão, a figura do administrador tem menos peso, já que sua função se torna mais limitada, dando voz ao grupo e sendo todos responsáveis pelas decisões tomadas.

Já na auto-gestão, o grupo não reconhece a figura de um líder, atuando com autonomia, buscando resultados em conjunto.

A administração ainda prevalece na maioria das gestões. É a forma mais conhecida e reconhecida com mínima possibilidade de maus resultados, já que prevê os fins pela autoridade do gestor. Se o gestor for bom, os resultados serão bons.

Pela ótica das escolas, a figura do gestor (diretor), que decide desde que cor será pintada o edifício até à natureza dos currículos, fica difícil desvincular a figura do administrador que avoca para si, todas decisões.

Cabe ao administrador escolar buscar soluções e aproximar-se de seus subordinados, professores, técnicos e pessoal auxiliares, a fim de otimizar os recursos para melhoria na educação.

Uma gestão democrática (não *excludente*, não *autoritária*, não *alienante*, não *criadora de meros repetidores subservientes*) e pluralista é o caminho para pensar a inclusão como uma orquestra (metáfora bastante usada) onde vários instrumentos interpretam a mesma peça do mesmo autor. Para um resultado harmonioso há necessidade de aceitar as diferenças como sendo a norma e não exceção, o que requer criteriosa preparação tanto dos instrumentistas como do regente.

Em 2000, por ocasião da avaliação da década, evento ocorrido em Dakar, Senegal entre 26 e 28 de abril, foi proclamado pelos governos presentes à reunião:

*...todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos, aprender a fazer, a conviver e a ser. Uma educação orientada a explorar os talentos e capacidades de cada pessoa e desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme a sociedade (Marco de Ação de Dakar, p.8)*

Segundo CARVALHO, (2005, p. 99):

*...para que os gestores educacionais se apropriem dos ideais, tornando-se cúmplices das intenções dos planejadores, faz-se necessário adotar metodologias de trabalho compartilhado, abandonando-se as tradicionais formas de planejamento em que este é, predominantemente, fruto dos trabalhos de técnicos isolados e encerrados em seus gabinetes, a nível central.*

O gestor precisa saber acolher o aluno com necessidades especiais para que este, se sinta parte do processo, sentindo-se respeitado e tendo suas potencialidades individuais aceitas para evitar expor-se gratuitamente.

O planejamento e coordenação de ações faz parte das atribuições do gestor, o que exige que esteja a par dos assuntos, problemas e propostas.

A parte mais difícil é convencer o gestor a investir na área da deficiência, que a princípio conota assistencialismo e paternalismo, dada a visão errônea, do trabalho com pessoas com necessidades especiais. Quando se fala, por exemplo, da compra de um equipamento que será utilizado pelo aluno com deficiência, logo analisou-se a relação custo-benefício.

Se o investimento é grande, o gestor sem visão educacional se nega a fazê-lo, prejudicando e cerceando os direitos do aluno diferente, que paga sua mensalidade.

Afirma CARVALHO, (2005, p. 100),

*Planejar é uma ação exercida por todos nós, desde sempre e a cada vez que antecipamos o futuro. Geralmente são as motivações ancoradas em necessidades materiais ou desejos existenciais que nos levam a planejar.*

## Capítulo 2 – Inclusão na Universidade Cidade de São Paulo

### 2.1 Relato de experiência de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo

A Universidade Cidade de São Paulo, inicialmente Faculdades da Zona Leste de São Paulo, regulamentada em 1972, pelo Decreto no. 70643 de 29/05/72, sempre se preocupou em atender à demanda do mercado e da sociedade (UNICID, 2002).

A Portaria nº 1.578, de 23 de outubro de 1992, do Ministério da Educação e Desporto, reconhece as Faculdades da Zona Leste de São Paulo como Universidade Cidade de São Paulo que tem como missão:

*contribuir para a formação integral do homem, tornando-o empreendedor e crítico, habilitando-o e credenciando-o para o exercício profissional, mediante ensino pesquisa e extensão de qualidade e oferecendo à comunidade, local e nacional, serviços educacionais e profissionais e produtos científicos. (UNICID, 2002: 82).*

A Universidade Cidade de São Paulo surgiu com uma estrutura organizacional, num modelo ternário:

- 1) Administração Superior – CONSUN e CONSEPE
- 2) Administração Intermediária – Centros
- 3) Administração Básica – Departamentos.

Para sua administração contou com os órgãos deliberativos (CONSUN, CONSEPE, Conselho de Centro e Colegiado de Departamento), executivos (Reitoria, Pró-Reitorias Acadêmica e Administrativa, Diretorias de Centro e Chefia de Departamento) e suplementares (Núcleo de Processamento de Dados, Biblioteca, Núcleo de Desportos e Recreação e Gráfica).

Em 1999, a UNICID, introduzindo a Vice-Reitoria e a Assessoria de Planejamento, passou a contar com Órgãos de Apoio, entre eles, o Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes - CAAD.

Em 2000, novas alterações ocorreram:

*Órgãos deliberativos (CONSUN, CONSEPE, Conselho Acadêmico de Cursos e Colegiado de Coordenação Didática de Cursos ou Cursos Afins); executivo (Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias de Curso); de apoio (Biblioteca, Centro de Informática e Telecomunicações, Centro de Registro e Controle Acadêmico, Centro de Atendimento ao aluno, Centro de Apoio ao Professor e Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes); e suplementares (Clínicas, Laboratórios, Núcleo de Atendimento Odontológico Integrado e Núcleo de Prática Jurídica). São órgãos de execução da Reitoria as Pró-Reitorias Acadêmica e Administrativa. A Pró-Reitoria Administrativa compreende as Gerências Administrativo-Financeira, de Recursos Humanos e de Operação e Manutenção. O Reitor e os Pró-Reitores, em sua ação, contam com o auxílio*

*das Assessorias Jurídica e de Planejamento. E, ainda, foi criada a Chancelaria (UNICID, 2002: 83-84).*

## **2.2 Caracterização do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD**

Em 1995, a Universidade Cidade de São Paulo recebeu a primeira aluna com deficiência visual, aprovada no vestibular para o curso de Pedagogia.

O Diretor Superintendente da mantenedora na época, também deficiente visual e sabendo das dificuldades da aluna prontificou-se a transcrever os materiais para o Braille.

A aluna começou a divulgar a atenção que recebia da Universidade e, assim, outros alunos com as mesmas características começaram a procurar a Universidade Cidade de São Paulo.

Com o aumento dos alunos com deficiência visual, o Diretor Superintendente decidiu criar o setor de Auxílio ao Deficiente Visual (ADV), em junho de 1999, contratando dois funcionários, um com deficiência visual e outro com deficiência física. Foram adquiridos para o setor 1 máquina de datilografia Braille; 1 impressora Braille; 1 microsystem; 1 gravador de voz e 2 computadores.

O setor passou a fazer parte do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes - CAAD, que surgiu para ampliar os serviços do ADV.

Em 1998, a professora Edileine Vieira Machado, enquanto realizava uma pesquisa de campo para sua tese de doutorado, teve seu primeiro contato com crianças cegas e com o Sistema Braille e ao andar pelo campus, deparou-se com uma construção que tinha em seus vidros jateados ainda protegidos por papel algo que parecia ser o alfabeto Braille.

Nem o diretor de curso e seus colegas souberam dizer o que seria aquela construção, até que os funcionários explicaram à professora que a função daquele novo setor era adaptar materiais para alunos com deficiência visual, o que fez a professora procurar o diretor superintendente da mantenedora, hoje vice-reitor.

O ADV, por estar dentro da universidade, poderia oferecer mais que apoio e materiais adaptados, poderia tornar-se um centro de pesquisa na área de inclusão, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e, ainda, um espaço para o desenvolvimento de programas e cursos de capacitação, especialização na área, espaço de integração de todos os cursos de graduação e estágio supervisionado dos graduandos.

Foram convidados para o projeto, professores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, especialistas na área da deficiência visual e que poderiam contribuir com a universidade nesse novo projeto.

Estes foram os argumentos da professora para sugerir a ampliação do setor para Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes (CAAD). Em julho de 1999, foi elaborada proposta de criação e, em agosto, implantada e o ADV, com um mês de vida, passara a ser um setor dentro do CAAD.

Três professores elaboraram o projeto de sua implantação e implementação, propondo um curso de especialização em Educação e Reabilitação - Orientação e Mobilidade (para atuação com deficientes visuais, na perspectiva do desenvolvimento).

Esta especialização não era oferecida no Brasil há mais de 20 anos. Vieram compor o grupo dois professores, os únicos especialistas do Estado de São Paulo nessa área. No Brasil, havia apenas cinco especialistas formados.

O CAAD começou a oferecer programas de educação e reabilitação aos acadêmicos e, em menos de 6 meses, a comunidade começou a solicitar a sua abertura para atender pessoas com deficiência e familiares em seus diferentes programas e serviços.

Todas as atividades eram registradas com objetivo de se tornar objetos de estudo. Alunos da graduação começaram a fazer estágio no departamento que foi crescendo, seguindo sempre um cronograma de implementação.

Programas	Data de implantação
Adaptações de materiais (ampliação e transcrição para o Braille e vice-versa)	08/1999
Orientação e mobilidade	08/2000
Informática	02/2000
Estimulação precoce	08/2000
Práticas do dia-a-dia	08/2000
Espaço Lúdico	08/2000
Musicalização	03/2002
Ensino do Braille para crianças, jovens e adultos, alfabetizados e perderam a visão.	08/2003
Alfabetização em Braille para crianças, jovens e adultos.	08/2003
Ensino de inglês em Braille	08/2003
Ensino do Soroban	05/2005

Quadro 1 – Programas implantados pelo CAAD

O CAAD, em 2000, ganhou prêmio de honra ao mérito da ABMES-2000, pelo projeto inovador SER ACADÊMICO, sendo reconhecido como centro de referência pela própria SEESP/MEC no governo de Fernando Henrique Cardoso, recebendo visitas de vários lugares do país e do exterior.

Ainda em parceria com os professores da FEUSP, criou-se um grupo de pesquisa de Espaço Lúdico como espaço de inclusão, registrado no diretório de pesquisa do CNPq. Os produtos desta pesquisa foram divulgados em publicações da própria Secretaria de Educação Especial/MEC, em congressos nacionais e internacionais.

O CAAD tornou-se um meio para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam ter acesso à universidade e participar plenamente das atividades acadêmicas em igualdade de condições com seus colegas, uma vez

que a dificuldade física, visual ou auditiva impede o acesso ao ambiente, aos materiais impressos ou a exposição oral em sala de aula<sup>2</sup>.

### **2.2.1 Proposta do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD**

- *Ampliar e diversificar o atendimento aos estudantes da UNICID, portadores de deficiência visual.* Já que a demanda de alunos com deficiência aumentara repentinamente, a estrutura do ADV foi preparada para prestar um número maior de atendimentos.

- *Transformar o ADV em Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes (CAAD), conforme nome sugerido por Sérgio Augusto Soares de Oliveira Naddeo (diretor do ADV).* Com ampliação dos serviços, buscou-se um nome que desse uma noção real dessa amplitude, daí a sigla CAAD.

- *Informar, intensiva e sistematicamente, a comunidade acadêmica (discentes, docentes e funcionários), por meio de cursos e palestras, sobre deficiências, com o objetivo de conduzi-la à modificação das atitudes e à eliminação dos tabus e preconceitos.* Para que o Centro se tornasse referência para o aluno com deficiência visual, foi criada uma estratégia de divulgação para o público interno, com palestras e treinamentos para funcionários, já que seria primordial para o sucesso do CAAD que o docente conhecesse e soubesse como utilizar o Centro como apoio as suas aulas, e para como lidar com esse aluno diferente.

---

<sup>2</sup> Informações extraídas do Relatório de Pesquisa de Machado (2005), coleta CAPES (2005).

## 2.2.2 Formas de Atendimento do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes- CAAD

O CAAD busca atender os alunos da seguinte forma:

1) Após a matrícula e identificada a deficiência, o aluno deverá ser encaminhado ao CAAD, onde declarará suas necessidades específicas para ter uma participação plena na vida acadêmica.

2) O CAAD estudará alternativas para atender as reivindicações feitas pelo aluno, segundo as possibilidades do Centro.

- O aluno com deficiência visual, mediante aulas de orientação e mobilidade, aprende a deslocar-se de forma independente dentro e fora da Universidade, por exemplo: os trajetos de sua residência e/ou seu trabalho para a Universidade e dela para estes locais é responsabilidade do professor especialista na área, bem como os deslocamentos internos, de sua sala de aula para o sanitário, biblioteca, lanchonete, bancos etc...
  - Nas lanchonetes da UNICID, os cardápios são escritos em Braille.
  - No CAAD, o aluno com deficiência visual aprende informática, pelo programa Virtual Vision, que é um software sintetizador de voz, leitor de tela, que possibilita ao deficiente visual a utilização do computador.
-

- O CAAD orienta os alunos com baixa visão, para uso do computador, adaptando o teclado, quando necessário, e orientando como utilizar fontes maiores para trabalhar no computador sem o auxílio de terceiros.
- Nos cursos de especialização (lato sensu), cabe ao CAAD ensinar aos futuros especialistas na área o uso do software Virtual Vision.
- O CAAD coloca à disposição dos alunos com deficiência visual alguns microcomputadores no Laboratório de Informática e na Biblioteca com o Virtual Vision, para desenvolverem trabalhos científicos com autonomia e no mesmo espaço físico que os demais alunos.
- Os professores são orientados para atender os alunos e fornecer com antecedência os materiais impressos para serem transcritos para o Braille, proporcionando a todos igualdade de oportunidades.
- O CAAD oferece intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na sala de aula. Atualmente estudam na universidade, cinco alunos com deficiência auditiva.
- Os professores são orientados para atendê-los em suas aulas.

#### Os Deficientes Físicos:

- São atendidos pelo CAAD em suas necessidades específicas com carteira anatômica a sua escolha etc. Hoje contamos com dois alunos com deficiência física na Universidade.
- Os professores são orientados sobre como atendê-los em suas aulas etc.

3) O CAAD estará em contato com as áreas: Educação Física e Fisioterapia, para trabalharem em parceria, visando a um atendimento melhor aos deficientes. O aluno com deficiência, por exemplo, participará das aulas e de modalidades esportivas na Universidade, como os demais alunos. Atualmente este trabalho não vem sendo desenvolvido, porém existe um estudo para seu retorno, em 2008, em parceria com o Curso de Educação Física da Universidade.

4) Prestação de Serviços à Comunidade da Zona Leste de São Paulo – SP.

- Assessoria a professores de Educação Especial da rede (sempre que solicitada).
- Atendimento específico a crianças com deficiências e orientação aos pais.

5) Apoio às pesquisas que busquem caminhos alternativos para a inclusão de pessoas com deficiências.

6) O grupo de trabalho do CAAD representará a UNICID, participando com trabalhos em Congressos, Encontros, Seminários, Colóquios, etc.<sup>3</sup>

Outros programas foram implementados gradativamente, conforme quadro abaixo:

---

<sup>3</sup> Informações retiradas do Projeto de Criação do CAAD.

## **Capítulo 3 – Programas e serviços do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD, na perspectiva das Políticas Públicas de Inclusão no ensino superior**

### **3.1 Estudo sobre a proposta do CAAD e a política de gestão da Universidade Cidade de São Paulo**

O projeto de implantação do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes foi elaborado sobre os três patamares que alicerçam uma universidade: ensino: o CAAD elabora todo o material pedagógico solicitado pelos professores e alunos, é espaço de estágio para todos os programas de graduação; pesquisa: durante os programas desenvolvidos e serviços prestados são coletados dados para pesquisas que têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos deficientes; extensão: todos os programas e serviços são oferecidos também à comunidade.

Desde seu início, o número de alunos da UNICID com necessidades especiais atendidos pelo CAAD vem aumentando gradativamente chegando a 45 alunos, em 2003, quando esses podiam contar com bolsas de estudo.

CURSOS	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Direito</i>	10	10	17	16	21	13	12	10
<i>Adm Empresa</i>	1	3	2	4	7	4	4	4
<i>Fisioterapia</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Pedagogia</i>	3	4	3	5	6	4	2	2
<i>Letras</i>	2	3	5	8	4	4	2	2
<i>Turismo</i>	1	1	1	-	-	-	-	-
<i>Jornalismo</i>	-	-	-	-	-	1	1	1
<i>Engenharia elétrica</i>	1	2	-	1	1	1	1	1
<i>Processamento dados</i>	1	2	1	1	4	3	2	2
<i>História</i>	-	-	-	-	1	1	2	1
<i>Marketing</i>	2	3	2	1	-	-	1	1
<i>Pós – Gestão escolar</i>	-	-	-	-	-	-	-	1
<i>Mestrado Educação</i>	-	-	-	-	-	-	2	2
<i>Total de Alunos</i>	20	28	32	37	45	32	30	28

Quadro 2 – Número de alunos atendidos pelo CAAD – de 1999 a 2006.

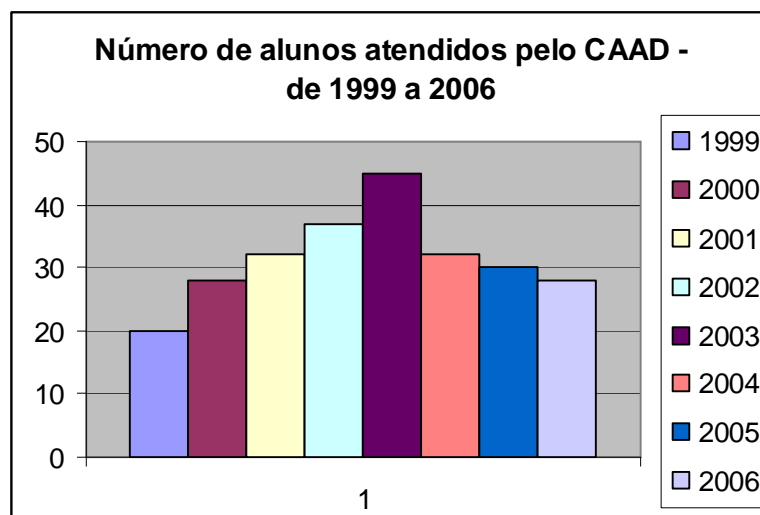


Gráfico 1 – Número de alunos com deficiência atendidos pelo CAAD

Desde a criação, em 8/1999, até nossos dias, foram realizados os seguintes atendimentos:

SERVIÇOS	2004	2005	2006	Nº total de atendimentos
<i>Informática para deficientes visuais</i>	30	32	28	90
<i>Estimulação Precoce</i>	06	12	04	22
<i>Espaço Lúdico</i>	-	-	-	00
<i>Práticas do dia-a-dia</i>	12	---	08	20
<i>Orientação e Mobilidade</i>	48	36	25	109
<i>Comunicação</i>	14	16	12	42
<i>Psicologia</i>	32	35	22	89
<i>Empregabilidade</i>	-	-	-	00
<i>Educação Física Adaptada</i>	26	27	-	53
<i>Assessoria a escolas</i>	12	22	08	42
<i>Musicalização</i>	48	36	16	100
<i>Alunos que receberam mat. Adaptados</i>	32	30	28	90
<b>TOTAL DE ATENDIMENTOS</b>	<b>270</b>	<b>246</b>	<b>151</b>	<b>667</b>

\* Dados até dezembro de 2006

Quadro 3 – Prestação de serviços à comunidade – de 2004 a 2006

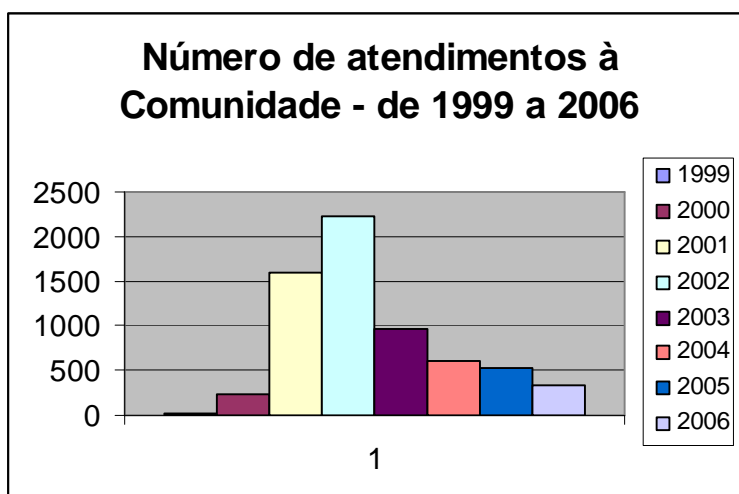


Gráfico 2 – Número de atendimentos à comunidade

O CAAD presta também serviços à comunidade, como mostra o quadro 4.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
<b>Média anual de horas de atendimento às pessoas nos serviços e programas do CAAD</b>		9000	14900	18500	6096*	7200	6500	1300	63496 horas

Quadro 4 – nº de horas de atendimento à Comunidade

Devido à solicitação da comunidade, foram ampliados os serviços à população gratuitamente.

- 1) Inicialmente, reabilitação básica, segundo sugestão da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Helen Keller Inc. (HKInc) para países em desenvolvimento:

- Práticas do dia-a-dia: crianças, jovens e adultos deficientes físicos e/ou visuais aprendem cuidados pessoais (vestir-se, portar-se de maneira adequada nas diferentes situações), atividades práticas (cozinhar, limpar casa, passar roupa, arrumar armários, fazer pequenos consertos em roupas (pregar botão, fazer barra de calça.), puericultura, no trabalho e com a família. Esse programa contribui para a autonomia e independência da pessoa com deficiência, para que o indivíduo exerça sua cidadania, relacione-se com a sociedade e insira-se no mercado de trabalho.
- Orientação e mobilidade: desenvolve atividades que propiciam à pessoa portadora de cegueira e baixa visão locomoção independente (andar sozinho com auxílio da bengala longa), em ambientes internos e externos, em áreas residenciais, comerciais, sociais e de transportes coletivos.
- Comunicação: ensino do Sistema Braille para jovens e adultos que perderam a visão ou que não tiveram a oportunidade de passar por programas educacionais.
- Apoio psicológico: é oferecido durante o processo de educação e reabilitação para usuários e familiares, sempre que necessário.

2) A partir de 2000, outros programas e serviços foram implantados:

- Informática: a crianças, jovens e adultos.

- Assessoria às escolas que tinham alunos portadores de deficiências, com objetivo de facilitar a inclusão (sempre que solicitada, desativado desde 2003).
- Espaço Lúdico: a criança com necessidades educacionais especiais precisa, desde muito cedo, estar com outras crianças e aprender a desfrutar dessa oportunidade que se constitui em um dos principais objetivos da inclusão. Consideramos como espaço lúdico de inclusão aquele que contém equipamentos e brinquedos que favoreçam a integração entre crianças, apesar de suas diferenças. As crianças com deficiência sensorial, física e/ou mental, atendidas pelo Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes (CAAD) e aquelas consideradas normais, pertencentes à comunidades próxima do campus universitário, poderiam desfrutar desse espaço. Por meio de brinquedos, jogos e brincadeiras, as crianças com deficiências são preparadas socialmente para freqüentar uma escola comum.
- Musicalização: proporcionar ao deficiente visual a possibilidade de contato com a música e instrumentos, como violão e piano. Estudos demonstram que o contato com a música possibilita a mudança da auto-estima do deficiente. Esse espaço do CAAD para a musicalização também proporciona um espaço de entretenimento.
- Pesquisas: o CAAD tem como um dos seus objetivos desenvolver pesquisas nas áreas das deficiências, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

- Cursos: o CAAD propõe cursos que venham contribuir para um melhor atendimento em educação e reabilitação de portadores de deficiências. Ex.: curso de Especialização (lato sensu): Orientação e Mobilidade (para atuação com Deficientes Visuais). O CAAD, por constituir-se em um departamento universitário, desenvolve pesquisas em todos os serviços acima citados, é parceiro de todos os cursos de graduação - auxiliando no trabalho docente, oferecendo oportunidades de estágios supervisionados, iniciação científica, principalmente nos cursos de Pedagogia, Letras, Serviço Social, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia e Ciências da Computação.

Todos esses programas e serviços planejados por uma equipe de professores doutores e especialistas:

1 professora doutora em Educação, especialista em Orientação e Mobilidade (professora da casa e responsável pelas pesquisas desenvolvidas no CAAD);

1 especialista em Orientação e Mobilidade;

1 especialista em Atividades da Vida Diária (Práticas do dia-a-dia)

1 professor de Informática para os deficientes visuais (esse professor deve ter deficiência visual, uma vez que é condição *sine qua non* para que o curso seja satisfatório. Somente uma pessoa com deficiência visual pode saber as reais necessidades e dificuldades que sente durante o processo de aprendizagem. Pesquisas demonstraram que, quando o professor tem deficiência visual, o aproveitamento da turma é melhor.)

1 profissional (vidente) formado em ciências da computação pela UNICID foi contratado para acompanhar o professor de informática

1 psicólogo especialista na área da deficiência visual

1 professor de Educação Física Adaptada

1 professor para ser responsável pelos materiais adaptados (transcrição para o Braille e vice-versa, material ampliado)

2 estagiários para apoiarem a produção dos materiais didáticos e pedagógicos, sendo 1 cego para transcrição para o Braille e vice-versa e revisão dos materiais em Braille.

Equipe responsável pela implantação e execução inicial do projeto: Sérgio Augusto Soares de Oliveira Naddeo (vice-reitor), Kátia Guerrera (assessora da Reitoria); Profa. Dra. Nely Garcia (consultora); Profa. Dra. Edileine Vieira Machado (professora da UNICID).

### **3.1.2 Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD entre 2004-2006**

Quando assumi a coordenação do CAAD em 2004, a Universidade passava por uma reestruturação e, em virtude disso, vários setores sofreram modificações, inclusive o CAAD.

Dessa forma, alguns serviços deixaram de ser oferecidos, como o curso de inglês, educação física adaptada, atendimento de crianças no espaço lúdico e curso de Braille.

Continuamos com a orientação e mobilidade, a informática, as aulas de música, o atendimento psicológico, a confecção de materiais, as práticas do dia-a-dia, além de contarmos com um intérprete de LIBRAS.

Essa também era uma fase em que não se tinha mais certeza a que departamento o CAAD estava ligado. Teoricamente estava ligado à vice-reitoria, mas na prática isso não acontecia. Tentou-se atrelar o departamento à pró-reitoria acadêmica, porém a idéia não teve continuidade, já que tivemos apenas dois contatos.

De qualquer maneira, projetos, idéias, pedidos, tudo referente ao CAAD passa obrigatoriamente pela reitoria. Atualmente, a Universidade busca agregar novos conceitos e valores. Temos a oportunidade de falar realmente o que pensamos por meio de um treinamento de liderança e estratégia. Assim, aos poucos, tenho notado melhora no processo comunicativo entre departamentos e entre chefes e subordinados, algo que considero primordial para alcançar as metas desejadas.

Aguardamos pacientemente esse processo para abrir um canal direto com uma instância superior dentro da Universidade que acolha definitivamente o CAAD, para aprimorar o atendimento ao aluno com necessidades especiais em nossa instituição.

Em 2006, a CPA – Comissão Própria de Avaliação da Universidade de São Paulo, coletou dados de sua comunidade acadêmica para avaliar diversos setores e

o CAAD, avaliado por 266 professores, teve uma aprovação de 46,9% e nos alertou para alguns fatores, como o desconhecimento da existência do setor por alguns professores, principalmente aqueles que não têm em suas turmas alunos com deficiência.

Sugerimos que todos os professores da universidade sejam orientados a receber este aluno em sala de aula. Embora alguns cursos não tenham alunos com necessidades especiais, acredito na importância desta orientação para uma divulgação interna maior e até novas sugestões para a otimização de nosso atendimento.

De qualquer maneira, antes do início do ano letivo, após identificarmos os alunos com deficiência aprovados no vestibular e os cursos a serem freqüentados por eles, procuramos os diretores dos cursos e nos colocamos à disposição para orientar da melhor forma possível a recepção do aluno em sala de aula, bem como dar suporte pedagógico, porém os professores que não têm em suas turmas alunos com deficiência raramente conhecem o trabalho do CAAD.

Em 2007, foi apresentado, além do projeto de qualificação e colocação profissional da pessoa com deficiência visual, um projeto arquitetônico para a construção de trilhas sensoriais, (colocação de piso diferenciado), que serviriam de referência para o aluno cego deslocar-se com segurança no interior da universidade. Este projeto está sendo analisado pelo vice-reitor.

Também foi apresentado um programa para o treinamento de funcionários e professores para saber lidar com o aluno com necessidades especiais.

Nesse treinamento, iremos abordar a temática das deficiências, como lidar e conviver com essas pessoas, sobre cão-guia (temos 2 cães-guia na universidade) e cuidados a serem tomados.

Esta proposta de treinamento e orientação busca informar funcionários e docentes em relação ao aluno com deficiência, já que, apesar de nossos apelos e convites, são raros os professores que conhecem o CAAD.

O público-alvo a ser atingido, num primeiro momento, são os funcionários que têm contato direto com o aluno com deficiência, ou seja, porteiros, seguranças e pessoas que trabalham no centro de relacionamento com alunos.

Esta iniciativa está sendo apoiada pelo vice-reitor e pela gerente de Recursos Humanos da instituição, que nos deu autonomia para montar o cronograma de treinamento para funcionários.

Essa conscientização faz parte da real inclusão do aluno na Instituição, nada adianta o aluno ser bem atendido na portaria da Universidade, e não ser reconhecido como diferente em sala de aula pelo professor, como também ser bem acolhido pelo professor e tratado de forma inconveniente na portaria. Para que ocorra a inclusão, todos os agentes do processo devem estar preparados.

O processo sofreu algumas alterações: a pessoa com deficiência visual é identificada no momento de sua inscrição para o vestibular, já que a maioria requer uma pessoa para ler a prova para o candidato, lembrando que o candidato deve na inscrição, solicitar a forma que preferir para a realização da prova. Já nesse momento é imprescindível que a pessoa se sinta acolhida, sentir-se parte de nossa Universidade.

Quando o resultado sai, o aluno procura a universidade para a efetivação da matrícula, sendo orientado a procurar o CAAD a fim de conhecer o serviço.

O aluno é orientado a deslocar-se pela universidade para localizar sua sala sem a ajuda de outras pessoas, a deslocar-se para outros pontos da universidade que lhes serão úteis, como biblioteca, sanitários, lanchonete, banco, sala de professores, xerox, etc.

Paralelo a esse trabalho, o aluno envia para o CAAD os textos e livros que os professores utilizarão no semestre, o material é transcrito para o Braille ou então digitalizado. A universidade já tem um acervo razoável de livros para o aluno com deficiência visual.

As avaliações são feitas em sala de aula ou no CAAD da seguinte forma: o professor envia a avaliação em disquete, transcrevemos para o Braille; o aluno realiza a prova que transcrevemos para a tinta, enviamos para o professor e este nos manda a avaliação corrigida; transcrevemos o resultado para o aluno ter acesso a suas falhas e acertos. Daí a importância de sintonia com os professores. Alguns

professores mandam as avaliações muito tardiamente, sem tempo hábil para que o aluno realize a prova em sala de aula. Orientamos os professores para a preparação da avaliação com antecedência.

O aluno recebe orientação dentro e fora da Universidade. O caminho de sua residência até a universidade é treinado com o auxílio do especialista em orientação e mobilidade: ruas, ônibus, metrô, trem, o trajeto é realizado várias vezes até o aluno adquirir independência e confiança para percorrê-lo sozinho.

No CAAD, o aluno com deficiência visual que perdeu a visão já adulto e não conhece o Braille, aprende esta forma de comunicação, juntamente com o curso de informática pelo programa Virtual Vision (software leitor de tela) que lhe será imprescindível na vida acadêmica.

### **3.1.3 Análise de serviços oferecidos e programas desenvolvidos pelo Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD**

Quanto às políticas que normatizam o acesso das pessoas com necessidades especiais ao ensino superior, podemos dizer que a Universidade Cidade de São Paulo, por meio do CAAD, vem cumprindo bem o seu papel de agente de inclusão.

De acordo com o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 e a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que

trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos, a UNICID tem preocupação muito grande. Recentemente os técnicos da Comissão Permanente de Acessibilidade da Prefeitura de São Paulo examinaram o câmpus e expediram um relatório contendo os pontos positivos e o que falta para nos tornarmos uma universidade 100% acessível no que tange à edificação. O espaço físico da Universidade tem rampas largas, elevadores com andares sinalizados em Braille, banheiros adaptados etc.

Quanto ao atendimento às pessoas com deficiência visual, a UNICID segue rigorosamente o que determina a lei, oferecendo aos alunos com deficiência visual todos os recursos para que possam usufruir do ambiente acadêmico de forma plena. No CAAD há uma sala de apoio equipada com máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplia textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régulas de leitura, scanner acoplado a computador, há um projeto de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras

Quanto ao deficiente auditivo, a Universidade Cidade de São Paulo hoje tem 6 alunos deficientes auditivos, oferecendo um intérprete a cada um, sendo que este ano formará com muito orgulho o primeiro engenheiro surdo do país, fruto de um trabalho sério e recompensador. Mais que atender o que a lei estipula é importante para a UNICID oferecer ao aluno com necessidades especiais condições de eqüidade.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001), do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, enfatizam a organização do sistema de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor, visando à dignidade humana, a busca da identidade e exercício da cidadania, a liberdade, tolerância e sabedoria de conviver com o diferente, com a diversidade. Nessa linha, o CAAD e a UNICID criaram uma cultura da inclusão e respeito aos diferentes. Há muito que fazer, pois mudança, mais do que investimento em recursos e especialistas, exige um esforço coletivo que só a médio e longo prazo poderá levar a resultados.

#### **3.1.4 Análise das propostas iniciais do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes-CAAD**

Quanto à primeira proposta (Ampliar e diversificar o atendimento aos estudantes da UNICID, portadores de deficiência visual), desde 1999, o atendimento foi diversificado e ampliado, com diversos serviços.

Quanto ao transformar o ADV em Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes (CAAD), conforme nome sugerido por Sérgio Augusto Soares de Oliveira Naddeo, buscando nova identidade, pela implementação de novos atendimentos, a sigla CAAD se encaixou perfeitamente na nova filosofia da UNICID em relação às pessoas com necessidades especiais.

Quanto a informar, intensiva e sistematicamente, à comunidade acadêmica (discentes, docentes e funcionários), por meio de cursos e palestras sobre

deficiências, com o objetivo de conduzi-la à modificação de atitudes e eliminação de tabus e preconceitos encontramos dificuldades, principalmente junto aos docentes, já que nem todos têm alunos com necessidades especiais. Por isso, não se interessam em conhecer o CAAD, em 2007 programamos um treinamento para professores e funcionários, que até agora tem trazido bons resultados. Conscientizar funcionários não é tarefa fácil, conscientizar professores é mais complicado, mas tem sido feito com calma, sem imposições, o que muitas vezes bloqueia o contato com o docente.

Quanto às formas de atendimento após a matrícula, a pessoa com necessidades especiais é identificada já na inscrição para o vestibular e, a partir daí, é acompanhada por um funcionário, no caso de deficiência visual, pode ter à sua disposição um leitor, ou se preferir, pronunciar-se a respeito da forma que deseja realizar a prova, e daí em diante tem o acompanhamento devido em sua vida acadêmica e fora dela. Antes do início das aulas o aluno é orientado a deslocar-se de sua sala para outros ambientes da UNICID, sanitários, biblioteca, lanchonete, elevadores, e da universidade para sua residência. O CAAD estuda continuamente alternativas para atender as reivindicações do aluno, segundo as possibilidades do Centro.

O deficiente visual deve ser orientado dentro da Universidade, por meio de placas indicativas em Braille, segundo os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de facilitar a localização dos pontos de referência, dentro da universidade, e propiciar-lhe maior autonomia. As placas indicativas ainda não foram feitas apesar de pedidos reiterados. Hoje,

esperamos uma posição para a implantação de um piso diferenciado que levará o aluno com deficiência visual para vários locais no interior da universidade de forma segura e rápida.

As lanchonetes no câmpus da Universidade já têm cardápios em Braille, confeccionados pelo CAAD.

A cada semestre formamos uma turma de alunos com deficiência visual que aprendem a utilizar o programa Virtual Vision.

O CAAD ensina aos alunos com visão subnormal o uso do microcomputador. Uma fonte maior possibilita a leitura sem maiores problemas.

Os alunos do curso de especialização (*lato sensu*) fazem uso do software *Virtual Vision*.

O CAAD disponibiliza alguns microcomputadores no Laboratório de Informática, já instalados com o *Virtual Vision*, para que o aluno cego possa desenvolver seus trabalhos com autonomia e no mesmo espaço físico que os demais. Para maior lisura da avaliação o aluno com deficiência a realiza com seus colegas de sala.

Até o momento, apenas os professores dos alunos atendidos pelo CAAD são orientados, fornecendo com antecedência os materiais para serem transcritos para o Braille, proporcionando a todos igualdade de oportunidades.

Quanto ao deficiente auditivo, o CAAD oferece um intérprete de Língua Brasileira de Sinais na sala de aula. Atualmente contamos com seis alunos surdos e seus intérpretes na universidade. Ainda não há orientação específica para os professores desses alunos. O intérprete traduz toda a aula através da LIBRAS, tornando-se elo entre o aluno e o professor.

Quanto aos deficientes físicos, há carteiras anatômicas para que possam permanecer em sala de aula, confortavelmente, segundo sua escolha e os professores também são orientados sobre como atendê-los.

O CAAD trabalha em parceria com Educação Física e Fisioterapia, visando a um atendimento melhor às pessoas com deficiência física. A Fisioterapia atende alguns alunos nossos e traz alguns pacientes para serem atendidos nas dependências do CAAD. A Educação Física tinha um programa de treinamento voltado para pessoas com necessidades especiais em geral, porém terminou em 2006.

Quanto à prestação de serviços à Comunidade da Zona Leste de São Paulo houve diminuição no número de atendimentos, se comparados a outros anos, mas ainda atendemos cerca de 300 pessoas com necessidades especiais da comunidade.

Atendimento a professores de Educação Especial da rede, sempre que solicitado.

Já o atendimento específico às crianças com necessidades especiais e orientação aos pais são realizados por um psicólogo.

O atendimento nas áreas de:

- Estimulação precoce. não é mais realizado por falta de profissional capacitado.
- Orientação e Mobilidade. Atendemos 23 alunos.
- Pedagógica:
  - ensino de Sorobã - 8 alunos
  - informática - 12 alunos
  - desenhos livres, de mapas e outros em relevo.

O espaço lúdico para crianças da comunidade, utilizado por alguns anos, hoje adaptado, infelizmente no momento, raramente é utilizado.

Dois profissionais que atuam no CAAD estão em fase de conclusão de suas dissertações de Mestrado sobre a temática inclusão da pessoa com deficiência e fazem parte da equipe de professores-mentores do curso de especialização, *Gestão de Ambientes Inclusivos*, lançado em 2007 pela UNICID e aprovado pelo MEC para a modalidade à distância.

### **3.1.5 Os alunos falam sobre o Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes- CAAD**

"Antes de vir para o CAAD, parecia que minha vida tinha acabado com aquela bala perdida que me cegou. Hoje, freqüentando o CAAD, vejo possibilidades

para o futuro. Estou trabalhando, criei uma Associação junto com outros colegas que conheci no CAAD e minha vida tomou um novo rumo." (Aluno 1)

"Graças a Deus, encontrei um lugar que me mostrou uma luz e também com condições de atender meu filho surdo-cego. Meu filho agora está se comunicando com a gente, aprendeu a andar aqui no CAAD, é feliz, dá risada. Quando estamos chegando aqui no CAAD, parece que ele já reconhece o espaço e sua fisionomia, seu humor mudam." (Aluno 2)

"Já passei por várias universidades e só aqui na UNICID que encontrei apoio e, finalmente, condições para fazer uma faculdade. O que adianta passarmos na vestibular e depois as universidades não estarem preparadas para nos receber? Aqui na UNICID, o CAAD disponibilizou para mim um intérprete de sinais para todas as aulas do programa e, ainda, para acompanhar-me nos trabalhos em grupo, enfim, em todas as atividades acadêmicas. Parece um sonho, finalmente, vou me formar em Engenharia Elétrica" (Aluno 3)

"É muito bom esse programa de Orientação e mobilidade, agora eu posso ser independente. Ando por toda a cidade, pego ônibus, trem, vou ao banco sozinho. Estou muito feliz, e quanto ao CAAD, o que seria de mim sem ele? Aqui na zona Leste da cidade de São Paulo não existe um serviço assim para a comunidade." (Aluno 4)

“Aqui no CAAD aprendi a brincar com meu filho deficiente. Aqui me mostraram que meu filho também pode brincar, sonhar, imaginar, estudar e ser um dia alguém, vai poder fazer uma faculdade e trabalhar.” (Aluno 5)

## **Considerações finais**

No processo ensino/aprendizagem, a relação aluno/professor é imprescindível. Dessa forma, se o professor não for preparado para ser agente de inclusão, torna-se inviável qualquer ação dentro de uma instituição de ensino superior para a aceitação dos diferentes e para a transformação destas pessoas em cidadãos plenos, atuantes e colaboradores, de uma sociedade mais igual para todos.

Após a realização desta pesquisa, fica clara a necessidade de otimizar a recepção e a permanência do aluno com necessidades especiais no ensino superior, incluindo-o com responsabilidade e excelência.

Os estudos universitários, principalmente nos dias atuais, são muito importantes na formação da pessoa (com ou sem deficiência). Assim, é justo que as portas das Universidades estejam abertas a todos que queiram prosseguir os estudos. Mas esta inclusão deve ser feita de forma comprometida. As universidades devem oferecer um sistema de ensino que possibilite a integração e cuidar para que seja alcançado o objetivo proposto pela UNESCO, ou seja, formar a pessoa para fazer, aprender, ser e conviver.

Não basta que os alunos entrem na Universidade, é necessário que esta se prepare para bem atendê-los e aprenda com eles. O bom atendimento exige soluções criativas e atendimento mais ágil e eficiente, como a flexibilização dos currículos; incentivo ao voluntariado; uso mais intensivo de tecnologias de comunicação, estudos via Internet, etc.

Sendo a Educação um processo contínuo, faz-se necessária a elaboração de políticas institucionais nas universidades que contemplem as pessoas com necessidades especiais e também profissionais de educação e funcionários que compõem esse ambiente.

É inaceitável a universidade acolher um aluno com necessidades especiais sem estar preparada. Incluir apenas fisicamente é faltar com o respeito aos direitos da pessoa com deficiência e remar contra a responsabilidade social.

## Referências

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional*, 1996.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098 de 23/03/1994. Acessibilidade.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer nº 17/2001*. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – Educação Especial (2001).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, DF : MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro e 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 914 de 06/09/1993 Institui a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.

ASSIS, O.Q. PUSSOLLI, L. Pessoa deficiente: direitos e garantias. São Paulo: Edipro, 1992

CANZANI, M.L. *Prevenção à deficiência na sala de aula*. Universidade Federal de São Carlos, março de 1999.

CAVALCANTE, R.S.C. *A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula do ensino regular: o papel do professor*. Temas sobre Desenvolvimento v. 9, p.3 1-5, 2000.

CHAUÍ, M. *A universidade hoje, Praga: Estudos marxistas*. São Paulo, n. 6, 1998.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez-MEC-UNESCO, 1998.

DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. Campinas, SP, autores associados, 1996.

DRUBSCKY, A.T. *A hora e a vez da ética do desenvolvimento*. Tese (Doutorado em engenharia de produção). Programa de engenharia de produção – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

EDLER CARVALHO, R. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*, 2005.

FERREIRA FILHO, M. G. 23ª edição: *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1996

FONSECA, Vitor da. *Educação especial. Programa de estimulação precoce uma introdução as idéias de Feuerstein*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8ª. ed. Rio de Janeiro, 2003.

LUDKE, M. *O professor, seu saber e sua pesquisa*. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, abril/2001.

MACEDO, L. de. *Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005.

MASINI, E F. S. *O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados*. Brasília: CORDE, 1994.

MAZZOTTA, M.J.S. *Trabalho docente e formação de professores de educação especial*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1993.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

MIRANDA, J. R.; SIQUEIRA, L.; MONTE, F. R. F. *Direito à educação: necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do Ministério Público Brasileiro*. Brasília: MEC, SEESP, 2001.

MOREIRA, E.C. *Comunicação alternativa e suplementar: as oportunidades da inclusão*. Temas sobre desenvolvimento v.10, n. 58-9, p.69CE — 74CE, 2001.

PEGORARO, O. *Ética e justiça*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PINTO, G. (coord). *Educação Especial Padrão Referencial de Currículo Ensino fundamental*. Porto Alegre, n.4, p.l 1-4, 1998.

RIBEIRO, R. J. *A universidade e a vida atual: Felini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus 2003.

RIOS, T.A. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M.T.C.T. *De que escola estamos falando na perspectiva da inclusão escolar?* Temas sobre Desenvolvimento v.7, 40, p.29, 1998.

SAVIANI, D. *Competência política e compromisso técnico*. Educação e Sociedade, Campinas, nº 15, P. 111-143, 1983.

SILVA, J. M. da. *A Autonomia da Escola Pública: A re-humanização da escola*. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2006.

\_\_\_\_\_. "A consideração da dignidade humana como critério de formulação de políticas públicas". In PUSSOLI, L.; MARCÍLIO, M.L. *Cultura dos direitos humanos*. São Paulo: LTr, p.194-198, 1998. (Coleção Instituto Jacques Maritain).

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade social do ensino superior*. Revista de Educação - CEAP, Salvador - BA, v. 42, p. 29-36, 2003.

\_\_\_\_\_. "Políticas Públicas e Cotidiano Escolar: mudanças que acontecem e perduram". In *Os Educadores e o Cotidiano Escolar*. Campinas: Papirus, 2000.

SÍVERES, L. "Universidade e Compromisso Social". *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 71-82, 2004.

TEIXEIRA, Anísio S. *Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras*. In MEC. *EDUCAÇÃO NO BRASIL - Textos selecionados*, p.7., 1996.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha e ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, CORDE, 1994.

UEMURA. E. (ORG.) *Universidade Cidade de São Paulo: 30 anos fazendo história* – São Paulo: UNICID, 2002.

<http://www.portalaprendiz.com.br>

<http://www.unesco.org/efa>

[http:// www.portal.mec.gov.br/seesp.](http://www.portal.mec.gov.br/seesp)

## ANEXO 1

**Produtos do trabalho do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes -CAAD**

MACHADO, Edileine Vieira; GARCIA, Nely; BURSZTYN, C. S. *A informática na habilitação e Educação do Deficiente Visual*. Tecnologia em (Re)habilitação Cognitiva-2000, São Paulo, v. único, p. 221-223, 2000.

\_\_\_\_\_ ; De MASI, I.; GARCIA, Nely; LORA, T. D. P. *Formação de Professor - Deficiente Visual - Educação e Reabilitação*. Brasília: MEC/SEESP/FNDE, 2002. v. 1. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Programa Nacional de Apoio à Educação de Deficientes Visuais).

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely; MAZZARO, José Luiz . Criando espaços para brincadeiras, imaginação e criação. In: Francisca Roseneide Furtado do Monte; Idê Borges dos Santos. (Org.). *Saberes e práticas da inclusão*. 2 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2004, v. 8, p. 65-67.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. Orientação e Mobilidade na Educação Infantil. In: Francisca Roseneide Furtado do Monte; Idê Borges dos Santos. (Org.). *Saberes e práticas da inclusão*. 2 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2004, v. 8, p. 68-69.

\_\_\_\_\_ ; Desenvolvimento da criança e políticas públicas de inclusão. In: MACHADO, E.V. et al. (Org.). *Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual*. 1 ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2003, v. 1, p. 21-34.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely ; MAZZARO, José Luiz . Criando espaços para brincadeiras, imaginação e criação. In: Francisca Roseneide Furtado do Monte; Idê Borges dos Santos. (Org.). *Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência visual*. 1ª ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2002, v. 8, p. 65-67.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. Orientação e Mobilidade na Educação Infantil. In: Francisca Roseneide Furtado do Monte; Idê Borges dos Santos. (Org.). *Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência visual*. 1ª ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2002, v. 8, p. 68-69.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely . Orientação e Mobilidade para deficientes visuais. In: *III Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2002, Londrina. Anais - III Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*. Londrina : UEL, 2002. v. único.

\_\_\_\_\_ ; Nely. Braille para vidente. In: *III Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2002, Londrina. Anais - III Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*. Londrina : UEL, 2002. v. único.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely . A literacia no desenvolvimento cognitivo do deficiente visual. In: *I Congresso Internacional sobre Literacias, 2002, Évora. Actas - I Congresso Internacional sobre Literacias*. Évora : Universidade de Évora, 2002. v. único.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely ; LORA, T. D. P. . O uso da informática na alfabetização de deficientes visuais. In: *III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação Especial, 2002, Fortaleza. Anais do III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação-Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2002.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. O Vide Braille na formação continuada de professores para a educação inclusiva. In: *III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação Especial, 2002, Fortaleza. Anais do III Congresso Ibero-americano de*

Informática na Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria da Educação Especial (MEC/SEESP), 2002.

\_\_\_\_\_; LORA, T. D. P.; MAZZARO, J. L. LITERATURA E INCLUSÃO. In: *I Congresso Arte Sem Barreiras, 2002, Belo Horizonte*. Anais I Congresso Arte Sem Barreiras. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial Very Special arts do Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_; Ensino do Sistema Braille para pessoas videntes. In: *I Simpósio Brasileiro sobre o Sistema Braille, 2001, Salvador*. Anais - I Simpósio Brasileiro sobre o Sistema Braille. Brasília: MEC/SEESP, 2001. v. único. p. 177-181.

\_\_\_\_\_; BURSZTYN, C. S.; GARCIA, Nely . A informática na habilitação e Ensino do deficiente visual. In: *II Congresso Brasileiro de Tecnologia e (Re)Habilitação Cognitiva, 2000, São Paulo*. Tecnologia e (Re)Habilitação Cognitiva 2000: a dinâmica clínica-teoria-pesquisa. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2000. v. único. p. 221-223.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely . Ludic Space: an space of inclusion. In: *11th ICEVI World conference, 50th Anniversary, New Visions: moving toward an inclusive community, 2002, Noordwijkerhout*. Abstract - 11th ICEVI World conference, 50th Anniversary, New Visions: moving toward an inclusive community. Noordwijkerhout : ICEVI, 2002. v. único.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely; MAZZARO, José Luiz . Alternative pedagogic support for inclusive education. In: *11th ICEVI World conference, 50th Anniversary, New Visions: moving toward an inclusive community, 2002, Noordwijkerhout*. Abstract - 11th ICEVI World conference, 50th Anniversary, New Visions: moving toward an inclusive community. Noordwijkerhout: ICEVI, 2002. v. único.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. Vide Braille I - educational software. In: *11th ICEVI World conference, 50th Anniversary, New Visions: moving toward an inclusive community, 2002, Noordwijkerhout*. Abstract - 11th ICEVI World conference, 50th Anniversary, New Visions: moving toward an inclusive community. Noordwijkerhout: ICEVI, 2002. v. único.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. Programa inovador na Universidade - Centro de Apoio e Atendimento ao Deficiente da Universidade Cidade de São Paulo - CAAD/Unicid. In: *II SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, II SENABRAILLE, 2001, João Pessoa*. Anais - II SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, II SENABRAILLE. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001. v. único.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. Recursos Pedagógicos para a Educação Inclusiva. In: *II SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, II SENABRAILLE, 2001, João Pessoa*. Anais - II SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, II SENABRAILLE. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001. v. único.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. A inclusão responsável dos alunos com deficiência em classe comum. In: *II SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, II SENABRAILLE, 2001, João Pessoa*. Anais - II SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, II SENABRAILLE. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001. v. único.

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely. Olhar de Paulo Freire sobre a exclusão, criando uma experiência de inclusão: CAAD. In: *Congresso Internacional "Um olhar sobre Paulo Freire", 2000, Évora*. Actas do Congresso Internacional "Um olhar sobre Paulo Freire". Évora: Universidade de Évora - Portugal, 2000.

\_\_\_\_\_ ; ROCHA, A. F.; GARCIA, Nely . Physiopathology of cerebral disfunction II Congresso Iberolatinoamericano de Informática Educativa Especial. Foro Internacional sobre Cooperación en Tecnología Adaptativa. *In: II Congreso Iberolatinoamericano de Informática Educativa Especial. Foro Internacional sobre Cooperación en Tecnología Adaptativa, 2000, CÓRDOBA. ACTAS - II Congreso Iberolatinoamericano de Informática Educativa Especial. Foro Internacional sobre Cooperación en Tecnología Adaptativa. CÓRDOBA : CIIEE, 2000. v. ÚNICO.*

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely ; LORA, T. D. P. A ética e os portadores de necessidades educativas especiais na classe comum. *In: 1ª Jornada de Pesquisadores: Ética e Deficiências, 2000, SÃO PAULO. RESUMOS DOS TRABALHOS E PROGRAMA DA 1ª Jornada de Pesquisadores: Ética e Deficiências. SÃO PAULO: VETOR, 2000. v. ÚNICO. p. 21-23.*

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely ; BESNOSIK, M. H. R. . Media - Alternative Pedagogic Support for Inclusive Education. *In: SIXTH EUROPEAN CONGRESS OF PSYCHOLOGY, 1999, Roma - Itália. Abstracts - SIXTH EUROPEAN CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Italy: International association of Applied Psychology, 1999. v. I. p. 274-274.*

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely; LORA, T. D. P. A importância da informática para o deficiente visual. *In: III Congreso de Estimulación Prenatal y Temprana, 1999, Buenos Aires. no prelo. Buenos Aires : Asociacion Mundial de Educacion Especial, 1999.*

\_\_\_\_\_ ; GARCIA, Nely; LORA, T. D. P. TV Escola e a Educação Inclusiva. *In: III Encuentro Mundial de Educacion Especial, 1999, Buenos Aires. no prelo. Buenos Aires : Asociacion Mundial de Educacion Especial, 1999.*

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely . A Informática como Suporte Pedagógico na Educação de Deficientes Visuais. In: *III Congresso Brasileiro sobre Educação Especial, 1999, Curitiba*. Anais-III Congresso Brasileiro sobre Educação Especial. Curitiba: Futuro Congressos e Eventos, 1999. v. único.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely. Série Viagens de Leitura/TV Escola - Recurso Pedagógico para a Educação Inclusiva. In: *III Congresso Brasileiro sobre Educação Especial, 1999, Curitiba*. Anais - III Congresso Brasileiro sobre Educação Especial. Curitiba: Futuro Congressos e Eventos, 1999. v. único.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely. Informática - Suporte pedagógico na Educação de deficientes visuais. In: *VII Simpósio de Visão Subnormal, 1999, CAMPINAS*. RESUMOS-VII Simpósio de Visão Subnormal. CAMPINAS: UNICAMP, 1999. v. ÚNICO.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely. TV Escola, recurso pedagógico para educação inclusiva. In: *VII Simpósio de Visão Subnormal, 1999, CAMPINAS*. RESUMOS - VII Simpósio de Visão Subnormal. CAMPINAS: UNICAMP, 1999. v. ÚNICO.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely; LORA, T. D. P. Informática para o deficiente visual. In: *IX Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, 1999, GUARAPARI*. ANAIS - IX Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais. BRASÍLIA : ABEDV/MEC, 1999. v. ÚNICO.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Nely; LORA, T. D. P. TV Escola/ Viagens de Leitura e o deficiente visual. In: *IX Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, 1999, GUARAPARI*. ANAIS - IX Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais. BRASÍLIA: ABEDV/MEC, 1999. v. ÚNICO.